

## Conselho não tem mais data para se reunir

O Conselho Político, que reúne os ministros Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil; e Paulo Brosard, da Justiça, mais os líderes do PMDB e do PFL, e o líder do Governo e da maioria na Câmara, não tem mais data para se reunir. A reunião, marcada para ontem, foi adiada sine die. Os assessores do Palácio do Planalto não explicaram os motivos.

Foi o terceiro adiamento. Em princípio, a reunião foi marcada para quinta-feira da semana passada, quando o presidente José Sarney apresentaria aos líderes senadores Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli, líderes do PMDB e do PFL, e aos deputados Luiz Henrique e José Lourenço e Carlos Sant'Anna, líderes do PMDB, PFL e do Governo, os projetos de lei que devem ser aprovados para dar sustentação ao plano Novo Cruzado.

Como o consultor-geral da República, Saulo Ra-

mos, não tinha concluído os projetos a tempo, a reunião foi transferida para a última sexta-feira. Mas, o encontro não foi realizado. Os assessores do Palácio do Planalto alegaram que a reunião não podia ser concretizada porque os deputados Luiz Henrique e José Lourenço estavam em Portugal, e o senador Fernando Henrique Cardoso tinha assuntos importantes para resolver em São Paulo. Os assuntos da Nação ficaram em segundo plano.

Como ficou cada vez mais difícil reunir o seu Conselho Político, o presidente Sarney tomou a decisão de encaminhar os projetos de lei. Na sexta-feira, ele encaminhou o anteprojeto que suspende os despejos por 90 dias, prazo do congelamento. Anteontem, Sarney mandou o projeto que "dispõe sobre relações coletivas de trabalho" — legislação sindical. O último líder a ter audiência com Sarney foi Chiarelli, na sexta-feira.

## Constituinte pode aprovar desemprego

Os presidentes dos sindicatos estaduais de trabalhadores em empresas de asseio e conservação de São Paulo, Rio, Alagoas e Mato Grosso do Sul, representando 300 mil dos quase 1,3 milhão de trabalhadores neste setor, percorreram ontem os corredores e gabinetes do Congresso, procurando advertir diversos constituintes para o risco de aprovação de um item, no capítulo da ordem social, que poderá desencadear o desemprego em massa de quase toda a categoria profissional em curto prazo.

Os sindicalistas conseguiram alguns contatos, entre eles com o deputado Brandão Monteiro (RJ), líder do PDT na Câmara, e o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), combatendo

fortemente o inciso 2º do artigo 25 do relatório da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores. O item proíbe a atividade de intermediação remunerada na contratação de mão-de-obra transitória, em caráter permanente ou sazonal, tornando impossível a prestação de serviços no País e deixando sem alternativa de sobrevivência as empresas de asseio e conservação, reconhecidas pela legislação trabalhista desde 1943.

Acusando o PT e a CUT de terem tomado a defesa dessa proposta na subcomissão sem se preocuparem com os terríveis efeitos sociais resultantes de sua aprovação, o sindicalista Ricardo Kastrup (RJ) alertou para a possibilidade de desemprego em massa.

## STF divulga absolvição de Ruth Escobar

O Superior Tribunal Militar (STM) divulgou ontem a sentença do julgamento realizado dia 11 do corrente, que absolveu a deputada estadual Ruth Escobar (PMDB-SP). A deputada foi acusada de violar a Lei de Segurança Nacional, em seus artigos 23 e 26, ao chamar os ex-presidentes militares, que exerceram mandato a partir de 1964, de "ladrões de casaca disfarçados de generais, que estão roubando nosso País".

O fato ocorreu durante um comício na cidade de Içem, a 487 quilômetros de São Paulo, em 1982. Na sessão, que durou quatro horas e meia, foram julgados o deputado Aluisio Nunes (PMDB-SP) e Décio Pereira, ambos candidatos à eleição de novembro de 1982. Aluisio teria, além de criticar as Forças Armadas, pregado a "revolução popular", enquanto Pereira foi acusado de chamar os militares de "corruptos e indignos" e o então presidente João Figueiredo de "garoto de propaganda". Ambos foram absolvidos.

## Vânia diz que feminismo é reconhecido

Goiania — Para o deputada federal Lúcia Vânia, do PMDB goiano, a Constituinte acolheu praticamente todas as propostas da causa feminista, inclusive consagrando o princípio de que é passível de punição toda e qualquer discriminação de sexo, raça ou credo religioso. A parlamentar observa que a Constituinte tende a modificar substancialmente toda a legislação civil no que se refere à mulher e à família.

A hipótese de extinção do Supremo Tribunal Federal está definitivamente afastada, devendo o Supremo permanecer na sua função de corte constitucional mista, atividade que vem exercendo há 160 anos. A informação é do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, após sua visita ao presidente do STF, ministro Rafael Mayer.

A saída, Ulysses informou que o parecer do relator da Comissão de Organização dos Poderes, Egidio Ferreira Lima, será acatado e incluído no parecer do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, de manter o Supremo como corte constitucional. O deputado informou também a previsão de se criar um outro tribunal que exclua as atribuições do STF, que seria o Tribunal Superior de Justiça.



Raphael Mayer

A novidade relacionada às atividades do STF, de acordo com o esboço da fatura Constituição, diz respeito ao encaminhamento de pedidos de inconstitucionalidade de leis e decretos federais e estaduais. Esta atribuição, até então exer-

cida exclusivamente pelo procurador-geral da República, será estendida a todos os representantes de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), associações e parlamentares chefes de partidos políticos.

Com a extensão desse direito, Supremo Tribunal Federal estará aumentando substancialmente suas atividades no que diz respeito ao julgamento de pedidos de inconstitucionalidade e questões do direito federal. Cresce também o número de ministros, passando dos atuais 11 para 16. Segundo informou o deputado Ulysses Guimarães, a proposta apresentada está em perfeito acordo com o Poder Judiciário. Ele acrescentou ainda que a Constituinte está aberta para receber as contribuições que o Supremo puder oferecer para regular a parte do Poder Judiciário.

## Magistrados contra equiparação

Rio — Os magistrados brasileiros dão início hoje a uma série de manifestações contra a decisão da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, cujos integrantes querem incluir na futura Constituição um dispositivo que equipara, inclusive na questão salarial, as carreiras de promotor público e de defensor público à de juiz.

"Isto somente existiu no antigo Estado do Rio de Janeiro, em 1946, mas logo foi abolido. Se os constituintes decidirem mesmo aprovar a equiparação das carreiras, os estados simplesmente serão levados à insolvência", disse um dos líderes do movimento, que preferiu não se identificar, pois a maneira como a classe vai elaborar o lobby contra a medida ainda não havia sido definida ontem.

O lobby será efetivado através de contatos permanentes com a imprensa e de telegramas que a categoria, sob a liderança da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e suas filiais estaduais, irá enviar aos constituintes e também aos governadores dos 23 estados brasileiros.

No Rio de Janeiro existem 600 magistrados e em todo o Brasil, aproximadamente 5 mil. No entanto, devido a uma proibição da lei, nenhum juiz se candidatou à Constituinte, o que prejudica a defesa dos interesses da classe no Congresso. Além disso, a categoria não se preocupou em formar lobbies antes e agora está preocupada com o dispositivo já aprovado pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

"Nós, magistrados, não temos vivência política e por isso não nos preocupamos antes com a possibilidade de medidas assim serem aprovadas pela Constituinte. Entretanto, ainda é tempo de agir, e nós lutaremos por nossos objetivos", concluiu o líder da classe.

Nas cidades de Uberlândia, Uberaba, Ituiutuba, Frutal e outras da região, o movimento separatista empolga a todos. Os comícios têm sido apinhados de gente e os prefeitos têm apoiado a movimentação popular, que tem no deputado Chico Humberto

Recife — "Não tenho culpa se esse lamentável incidente repercutiu nacionalmente e criou problemas para o governo do meu dileto amigo, Miguel Arraes. Ele dispunha de amigos na PM para se aconselhar, mas infelizmente sua assessoria falhou". Foi assim que o escritor e militante comunista Paulo Cavalcante se defendeu ontem das críticas de assessores do Governo do Estado, que o responsabilizaram por ter transformado em "escândalo" a denúncia que fez



Chico Humberto: ameaça a Minas de Cardoso



## Estado do Triângulo tem apoio de 400 mil

Com nada menos de 400 mil assinaturas, que torna a proposta de iniciativa popular com o maior número de apoios, será entregue no próximo mês à Assembleia Nacional Constituinte a emenda que cria o Estado do Triângulo, desmembrado de Minas Gerais.

De todas as propostas de criação de novos Estados em tramitação na Constituinte, a do Estado Livre do Triângulo e do Estado de Tocantins são as que têm maiores chances de aprovação. Primeiro, por envolverem regiões economicamente fortes e auto-suficientes cuja transformação em novas unidades federativas não seria tão onerosa para a União; segundo por serem respaldadas pelas populações locais, fortemente engajadas na emancipação.

## "Arraes provocou escândalo"

contra o coronel-PM Adelson Alves Wanderley. Ele garante que antes de tornar pública suas acusações telefonou quatro vezes para o chefe da Casa Civil do Governo, e este não o atendeu. — Queriam adverti-lo que a indicação do coronel Wanderley para a Casa Militar do Governo Arraes não deveria ser acatada pelo governador, porque esse cidadão pertenceu ao CCE — Comando de Caça aos Comunistas, disse o escritor.

(PDT-MG) seu ponta de lança na Assembleia Nacional Constituinte.

De todas as propostas de criação de novos Estados em tramitação na Constituinte, a do Estado Livre do Triângulo e do Estado de Tocantins são as que têm maiores chances de aprovação. Primeiro, por envolverem regiões economicamente fortes e auto-suficientes cuja transformação em novas unidades federativas não seria tão onerosa para a União; segundo por serem respaldadas pelas populações locais, fortemente engajadas na emancipação.